



## *Ano Internacional das Florestas – 2011*

### *A Posição do Brasil no Mundo*

Desde a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, celebrada no Rio de Janeiro em 1992 (Rio-92), o debate internacional sobre florestas tem alcançado papel de crescente importância na agenda internacional. O tratamento abrangente das questões relacionadas ao manejo sustentável dos recursos florestais é requisito importante nas negociações internacionais, consagrado nos Princípios sobre Florestas, na Agenda 21, e no Fórum das Nações Unidas sobre Florestas (UNFF), criado pela Resolução 2000/35, do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (ECOSOC), cujo mandato foi prorrogado até 2015 pela Resolução 2006/49 do ECOSOC.

O Brasil vem participando ativamente das discussões sobre florestas no plano multilateral, nas quais defende um tratamento equilibrado do tema, focalizando a atenção devida a todos os sistemas florestais (tropicais, boreais e temperados) e no tratamento abrangente (econômico, comercial, social, cultural e ambiental) das questões relacionadas ao manejo sustentável dos recursos florestais. O debate sobre florestas envolve, portanto, assuntos de extrema relevância, como a conservação e uso sustentável da biodiversidade, a proteção dos recursos hídricos, a promoção do desenvolvimento sustentável e a repartição justa e equitativa dos benefícios resultantes da utilização de recursos genéticos e de conhecimentos tradicionais.

O UNFF é o foro multilateral de cunho universal inteiramente dedicado à concertação de posições e interesses sobre o assunto. O Foro integra o novo arranjo internacional sobre florestas e foi criado com vistas a dar continuidade aos processos do Painel Intergovernamental sobre Florestas (IPF), de 1995 a 1997, e do Fórum Intergovernamental sobre Florestas (IFF), de 1997 a 2000. O objetivo do UNFF é a promoção do manejo, a conservação e o desenvolvimento sustentável de todos os tipos de florestas, bem como fortalecer o compromisso político na área. A 7ª Sessão da UNFF realizou-se em abril de 2007 e aprovou “Programa Plurianual de Trabalho”, bem como “Instrumento Juridicamente Não Vinculante Sobre o Manejo Sustentável de Todos os Tipos de Florestas”, os quais nortearão as atividades do Foro até 2015.

O arranjo internacional conta, ainda, com a Collaborative Partnership on Forests (CPF), criada em 2001, que congrega importantes instituições internacionais como a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), o Banco Mundial, o Centro Internacional de Pesquisa Florestal (CIFOR), a Organização Internacional de Madeiras Tropicais (OIMT), a União Internacional de Instituições de Pesquisa Florestal (IUFRO), o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), o Centro Mundial Agroflorestal (ICRAF), União Internacional para a Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais (IUCN), além dos Secretariados da Convenção de Diversidade Biológica (CDB), do Foro das Nações Unidas sobre Florestas (UNFF), e da

Convenção das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC). O CPF tem como meta apoiar o trabalho do UNFF e de seus países membros na promoção da cooperação internacional sobre o tema.

Outro foro relevante nessa área é o Comitê de Florestas da FAO (COFO). Com orientação mais técnica, o Comitê de Florestas, bem como suas Comissões Regionais, mantêm relação com o UNFF, de modo a constituir uma via de mão-dupla entre diretrizes políticas e deliberações técnicas, contribuindo para a implementação de ações concretas nos planos nacional, regional e internacional.

O Brasil ocupa posição de destaque no que se refere ao tema das florestas. Com 478 milhões de hectares de floresta em seu território (12% de toda a cobertura florestal mundial) e abrigando de 15 a 20% de toda biodiversidade e 16% de toda água doce superficial do planeta, o País é ator protagonista em todos os foros internacionais sobre o assunto. É do interesse do País que as discussões sejam sempre pautadas pelo princípio da soberania de cada Estado sobre os seus recursos naturais (consagrado e reconhecido internacionalmente pelo Princípio 2 da Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento), de modo a assegurar o desenvolvimento sustentável, com geração de emprego, renda e preservação ambiental, sempre levando em conta as prioridades, capacidades e recursos disponíveis no âmbito local. Para o Brasil, é fundamental reforçar as capacidades internas com vistas a promover melhores condições de implementação de políticas e medidas nacionais.

O Brasil tem defendido que o incremento da cooperação internacional em matéria de meio ambiente constitui o único caminho para atingir os objetivos acordados no plano global de promoção do desenvolvimento sustentável. O incremento da assistência financeira e técnica e da transferência de tecnologia, por parte dos países industrializados, para auxiliar os países em desenvolvimento na implementação de políticas nacionais voltadas para a conservação de seus recursos florestais constitui elemento essencial nesse contexto, com base no princípio das responsabilidades comuns, porém diferenciadas dos Estados, pela preservação do meio ambiente, à luz de sua contribuição histórica pela degradação do planeta (Princípio 7 da Declaração do Rio).

#### **Sites de Referência - Links sobre florestas:**

- Fórum das Nações Unidas sobre Florestas (UNFF): <http://www.un.org/esa/forests/>
- Collaborative Partnership on Forests: <http://www.fao.org/forestry/site/cpf/en/>
- Comitê de Florestas da FAO (COFO): <http://www.fao.org/forestry/en/>
- Global Forest Resources Assessment 2005 (FRA 2005):  
<http://www.fao.org/forestry/site/fra2005/en/>
- Ministério do Meio Ambiente: [www.mma.gov.br](http://www.mma.gov.br)
- Serviço Florestal Brasileiro: [www.sfb.gov.br](http://www.sfb.gov.br)
- Organização Internacional de Madeiras Tropicais: <http://www.itto.or.jp/live/index.jsp>
- [HTTP://en.wikipedia.org/wiki/Internacional\\_Year\\_of\\_Forests](http://en.wikipedia.org/wiki/Internacional_Year_of_Forests)